

UMA HISTÓRIA DE ENCHENTES:

Os impactos e consequências das empresas frutíferas na cidade de Ipanguaçu - RN

Layanne Patricia Fernandes de Souza⁶⁹

RESUMO:

Este trabalho pretende abordar os impactos realizados pelo homem na natureza e como essas ações afetam diretamente o meio ambiente. O objeto dessa pesquisa são as enchentes de Ipanguaçu, que apesar do seu constante histórico de enchentes, o fenômeno natural se intensificou nos últimos anos devido à ação do homem no meio ambiente. O trabalho irá focar como o Projeto Baixo-Açu facilitou a vinda e instalação das empresas frutíferas Agroindústria Finobrasa S/A e Del Monte Fresh Produce. Para a realização deste trabalho, foram utilizados recortes de jornais, fotos, vídeos, depoimentos orais e documentação da defesa civil de Ipanguaçu, na qual se verificou como as empresas trouxeram impactos na região, resultando nas cheias.

PALAVRAS-CHAVE: Enchentes; Ipanguaçu; Baixo-Açu; Vale do Açu

A HISTORY OF FLOODS: The Impacts And Consequences Of Fruit Companies In The City Of Ipanguaçu - RN

ABSTRACT:

This work aims to address the impacts caused by humans on nature and how these actions directly affect the environment. The focus of this research is the floods in Ipanguaçu, which, despite their consistent history of flooding, have intensified in recent years due to human actions in the environment. The paper will focus on how the Baixo-Açu Project facilitated the arrival and installation of the fruit companies Agroindústria Finobrasa S/A and Del Monte Fresh Produce. For the completion of this study, newspaper clippings, photos, videos, oral testimonies, and documentation from the Civil Defense of Ipanguaçu were used to examine how these companies brought impacts to the region, resulting in flooding.

⁶⁹ Bacharel em História pela UFRN. Graduanda em Licenciatura em História pela UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <http://lattes.cnpq.br/3208829220444057>. layannepatriciafernandesdesouz@gmail.com.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

KEYWORDS: Floods; Ipanguaçu; Lower Açu; Açu Valley.

Introdução

Quando falamos de enchentes, dificilmente relacionamos esse cenário com o interior nordestino. Afinal, o Nordeste sempre contou suas histórias sobre as secas, os difíceis momentos de estiagem e como as pessoas tiveram que se retirar de suas casas em busca de locais onde pudessem sobreviver. O Nordeste brasileiro é uma região que é conhecida pela sua escassez de água e grandes secas, principalmente nas regiões dos sertões. Esse estereótipo do Nordeste ter apenas secas foi criado e propagado fortemente a partir dos séculos XIX e XX, mais precisamente em 1877, e devido à grande repercussão que teve a estiagem durante este período.

Essas estiagens se tornaram tão problemáticas que o governo brasileiro se viu obrigado a criar, em 21 de outubro de 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), e em 1919 se tornou a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), até que em 1945 se tornou o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), como é conhecido até os dias atuais. Com a função de construir medidas e políticas sociais que diminuíssem os impactos das secas no Nordeste brasileiro, uma das medidas adotadas era a construção de barragens em áreas que eram favorecidas pela chuva, para a geração de empregos nas obras, como também distribuição da água, para lugares afetados pela carência de chuvas.

No presente trabalho, vamos analisar como o DNOCS chega ao Vale do Açu, com o Projeto do Baixo-Açu, e através dele constrói o maior reservatório de água do Rio Grande do Norte, que é a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Através desse projeto, é visível as mudanças que uma obra dessa magnitude afeta a região.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Abordaremos como o Vale do Açu, mais precisamente a cidade de Ipanguaçu, foi afetado por esse projeto, e como as empresas do Agronegócio chegam na região, atraídos pelos diversos benefícios que o projeto trouxe. Afinal, a instalação dessas empresas traz grandes impactos ambientais e sociais para o vale.

Através de fontes como o plano de contingência, recortes dos jornais “O Diário de Natal” e a “Tribuna do Norte”, vídeos, fotografias e depoimentos orais, revisitamos as memórias da cidade sobre a chegada dessas empresas e das enchentes dos últimos 23 anos.

Com isso, o trabalho tem como objetivo a análise de como o dito desenvolvimento, tão falado pelas autoridades políticas e pela elite, modificou o meio ambiente, o social e até mesmo a forma como as pessoas enxergam suas prioridades, diante de optar por seus empregos, e se acostumarem com as cheias que se tornaram habituais na cidade, sendo elas capazes de inundar a cidade, ou apenas isolar alguns bairros e/ou comunidades rurais.

Ipanguaçu e sua história de enchentes

A palavra Ipanguaçu tem origem na língua tupi-guarani, que significa “Ilha Grande”, e como o significado mesmo diz, a pequena cidade de Ipanguaçu poderia ser uma ilha entre águas doces, banhada pelo rio Piranha-Açu a oeste do seu território e pelo rio Pataxó a leste. A pequena cidade do Vale do Açu, apesar de pequena, se tornou muito atraente para o cultivo e o desenvolvimento da fruticultura.

Mas apesar de ser um local com água em abundância, o que é propício para a agricultura, a localização da cidade pode ser uma problemática nos períodos de forte inverno, tendo em vista o histórico de enchentes que a cidade já enfrentou. Durante seus 75 anos de emancipação política, a pequena cidade do Vale do Açu já

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

enfrentou doze enchentes, sem mencionar às vezes que algumas comunidades rurais ficaram ilhadas, pela questão de ter suas estradas inundadas no inverno.

As enchentes podem ser pensadas como um problema ambiental, mas não devem ficar apenas nessa perspectiva. Afinal, as enchentes afetam não apenas o meio ambiente, mas também toda a população que habita nessas regiões de fácil alagamento. Entender o porquê de as populações se submeterem a viver em locais de risco, e como essas cheias afetam diretamente o social e a economia dessas populações.

Para isso, é necessário explorar as memórias das enchentes de Ipanguaçu. Menezes (1992, p.10) afirma que “a caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento, experiências.” Para isso, é preciso analisar como a memória das enchentes de Ipanguaçu foi registrada não apenas no papel, mas também nas lembranças da população, e como elas convivem com essas memórias.

Tendo sua história marcada por cheias, boa parte da população se habituou à rotina de vigiar os níveis de água do açude de Pataxó como também da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Para aqueles que visitam a cidade durante os meses de janeiro a março, pode-se perceber que parte da população, principalmente as que vivem em bairros mais periféricos da cidade, tem uma rotina e ações, que são repetidas todos os anos como se fosse um ritual. Essas pessoas começam a embalar roupas, utensílios domésticos, deixando só objetos de utilidade diária para uso. Para um visitante, pode-se pensar que metade da cidade está se organizando para uma viagem ou mudança, mas a realidade é que essas pessoas todos os anos se preparam para possíveis enchentes que possam vir acontecer.

É interessante observar como a população acabou lidando com essas enchentes de diferentes maneiras. Isso se dá ao fato de que, apesar de as enchentes serem uma realidade para todos, elas impactaram de maneiras diferentes cada parte

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

da população. De certo modo, isso se dá porque algumas pessoas tiveram suas casas completamente invadidas pela água, enquanto outras, apesar do risco, não chegaram a ser invadidas ou ao menos tiveram grandes perdas materiais. Assim, muitas vezes, aqueles que têm um poder econômico não se preocupam tanto, já que a única coisa que geralmente se altera é o local de sua residência durante a enchente.

Silva (2006)⁷⁰ Fala como essas lembranças de ter que se retirar de sua casa diante da falta de escolha, devido ao perigo iminente, causam incertezas, não tendo a certeza para onde está indo, quanto tempo terá que ficar, mas o mais preocupante é se vai ter um lugar para voltar. Evidente que essa preocupação está mais presente na população mais carente, onde entre eles existem ainda moradores de casas de taipa, onde suas casas são menos resistentes à força das águas.

Em um relato, uma dona de casa fala de como ela e seu marido trabalharam muito para sair do bairro Ubarana, que é um dos principais que alagam no período de inverno. Na sua fala, é relatado que o pior para ela na enchente não era sair de sua casa, e sim retornar e ver os bens que tinham perdido, e o cheiro de peixe podre, que demora quase um mês para sair. Em suas memórias, percebemos a dor vivenciada, não apenas durante a enchente, mas também após ela.

Afinal, as autoridades só se responsabilizam com a população durante as enchentes, passadas elas, as pessoas voltam para suas casas e se sentem perdidas, sem um direcionamento, e tendo de reconstruir tudo o que perderam durante as cheias.

⁷⁰ Silva fala como os "retirantes" de água têm que deixar suas casas, e como eles tratam isso. E isso é evidenciado em sua fala. "O momento da saída, como eles falam, é a certeza da incerteza. Diante de seus olhos está a necessidade do deslocamento." SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. "NOS CAMINHOS DA MEMÓRIA, NAS ÁGUAS DO JAGUARIBE". Memórias das enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p.20. 2006.

Por isso, é importante compreender como as enchentes influenciam não apenas o meio ambiente, mas o social das pessoas também. O medo de que sua casa seja inundada está muito mais presente naqueles com maior vulnerabilidade econômica da população. Afinal, quando acontece uma enchente, muitas dessas famílias têm que se abrigar em escolas da cidade e dependem da ajuda do Estado para poder sobreviver durante o período de cheia.

Diante desse cenário, contar a história das enchentes em Ipanguaçu é apresentar a dura realidade de muitas famílias que se habituaram a vigiar o volume dos rios e a se preparar para um possível desastre ambiental todos os anos. É lembrar que a chegada da chuva se torna um misto de alegria e medo. Alegria para uma boa plantação e medo de perder seus bens e ter que sair de suas casas sem um futuro certo, de onde ir, ou de como vai ficar durante o inverno.

O projeto Baixo Açu e seu impacto no Vale Açu

O Nordeste, habitualmente, é palco de grandes secas, e com isso a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) foi criada para pensar e planejar projetos que diminuíssem os impactos das secas, principalmente nos sertões nordestinos. Apesar de ser criado pensando nas secas, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), antigo IOCS, também trabalhou nas regiões onde o problema, em vez de secas, eram inundações, como o Vale do Jaguaribe e o Vale Açu. Para conter as águas, eles começaram as construções de açudes, que poderiam diminuir o impacto das cheias e, ao mesmo tempo, criar um reservatório de água para os tempos de estiagens.

Em 1951, o DNOCS constrói a sua primeira obra no Vale do Açu, mais precisamente na cidade de Ipanguaçu, o açude de Pataxó. O projeto do açude visava regularizar o rio Pataxó e o fluxo do rio para a lagoa da Ponta Grande, o que permitiria um melhor desenvolvimento para a agricultura da cidade. Mas apesar de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

ser a primeira obra, não seria a única, já que na década de 1960, políticas públicas para intervenção do Estado no meio rural do semiárido foram aprovadas.

Com essas políticas, chega ao Vale do Açu o projeto Baixo Açu, que tinha fortes promessas de desenvolver o vale. Entre os anos de 1969 e 1971, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e o DNOCS solicitaram a uma empresa de engenharia um estudo na bacia do Rio Piranhas. Com esse estudo, eles dão início ao projeto do Baixo Açu, que teria sua primeira fase com a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que ficaria no leito do rio.

A construção da barragem não marcou apenas o início do projeto, mas também a destruição de uma cidade inteira. Para a construção da barragem, a cidade de São Rafael teria que ser afundada. Um projeto como a barragem demandava muitos interesses na região, principalmente por ter um grande investimento econômico na região. Mas, apesar de o governo dizer que a represa seria para benefício da região, e que ia indenizar as famílias que iam ter que sair de suas casas devido à inundação. Existia o medo não apenas de incerteza para onde ir, mas também de que aquele projeto de fato beneficiaria a população, ou apenas as grandes empresas.

As preocupações com o futuro estavam muito presentes na população de São Rafael, que fazia constantes questionamentos dos impactos prejudiciais que a barragem poderia trazer para a região. O DNOCS tentava tranquilizar, afirmando que, apesar de ter que transferir uma cidade inteira para outra região, isso seria para o bem maior do progresso e desenvolvimento da região. Entretanto, existia a dúvida sobre quem de fato seria esse progresso. Essas tensões estavam presentes no final dos anos 1970 para o início dos anos de 1980, no qual muitos cidadãos, principalmente os membros do sindicato dos trabalhadores rurais da região, protestaram fortemente contra a construção da represa.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A luta pelo seu direito à terra, e as reivindicações por indenizações justas, e até mesmo protesto contra a construção da barragem, marcaram a região do vale, durante os finais dos anos 70. Nos jornais, se percebia esse conflito entre os trabalhadores e a DNOCS.

“A inquietação maior do agricultor é porque não dispõe de informações mais precisas a respeito do Projeto já que os dados solicitados aos técnicos do Departamento Nacionais de Obras Contra as Secas foram por eles negados sob a alegativa de que dispunha de ordens superiores para não adiantarem nada a respeito.” (Diários Dnocs quer tranquilizar os agricultores do Açu: Agricultores se reúnem. *Diário de Natal*, Natal, 20 jan. 1979. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=%22Vale%20a%20c3%a7u%22&pagfis=30618. Acessado em: 18 nov. 2024.)

Apesar de o DNOCS afirmar que o Projeto Baixo-Açu seria para melhorar a vida das pessoas, principalmente dos agricultores, tornava-se inevitável a confiança no órgão público, se ele não dispunha de um diálogo e informações claras com a população. Causando inquietação e revolta para aqueles que estavam vendo suas terras tomadas e suas vidas modificadas em nome de um desenvolvimento, que talvez não fosse para eles.

Embora os protestos e reivindicações continuassem, a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves foi construída e inaugurada no ano de 1983, se tornando o maior reservatório de água do Rio Grande do Norte.

A barragem chega com a proposta de produção de energia, onde a água do rio Açu-Piranhas seria destinada para um complexo hidroelétrico. Como foi falado, o discurso do DNOCS falava de um desenvolvimento que beneficiava a população do Vale Açu, não apenas na questão elétrica, mas também na agricultura irrigada. Mas a realidade foi outra, em vez de serem os agricultores os maiores favorecidos, foram as empresas que ganharam mais vantagens para se instalar.

Porém, mesmo com a instalação das empresas, as autoridades continuaram a afirmar que o projeto se tornou favorável para a população, já que, com a chegada

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

das empresas, a economia cresceria e teria a geração de empregos. Mas assim como a barragem, a chegada dessas empresas poderia causar mais problemáticas na região, principalmente na cidade de Ipanguaçu, que foi justamente o local da implementação dessas empresas.

Segundo Pereira (2014, p. 39):

O progresso é sempre o produto de uma *construção* social, mas o caminho para ele não é nem pacífico, nem linear; é um processo de tentativa e erro em que os agentes carecem da capacidade de prever com razoável precisão as consequências de suas ações; é um processo conflituoso nos níveis individual, grupal e de classe social, no qual os conflitos são resolvidos, às vezes, pelo encontro de uma terceira alternativa que atende aos dois lados, mas geralmente pelo uso da força ou por meio de compromissos políticos.

Diante disso, percebemos que apesar das afirmativas que o Projeto Baixo-Açu e as instalações das empresas sejam em nome do progresso e desenvolvimento da região, percebemos que esse dito progresso atende muito mais a uma elite, do que propriamente à maior parte da população, que geralmente tem de acabar aceitando, mesmo que a contragosto, os projetos realizados pelo governo, já que os políticos e a elite acabam exercendo um poder muito forte, e mesmo com as reivindicações da população, os interesses políticos na maioria dos casos acabam vencendo.

A chegada das empresas frutíferas no Vale do Açu.

É interessante como a relação do homem com a natureza se modifica, e como isso não passa despercebido perante a sociedade. Desde os tempos antigos, o homem

tira da natureza sua forma de sustento e sobrevivência. Mas o que antes era tido como uma relação da qual se tirava apenas o necessário, se modifica com os tempos modernos. O homem enxerga na natureza uma forma de lucro, através da exploração, e diz que isso é em nome do desenvolvimento. Mas, por muitas vezes, os

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

elementos naturais, como o ar, a água e a terra, acabam sendo degradados em nome desse desenvolvimento.

Em pleno século XXI, existem muitos discursos sobre a preservação do meio ambiente, tendo em conta como ele foi prejudicado devido às grandes indústrias e à modernização das cidades. Entretanto, apesar desse discurso, ainda percebemos os grandes impactos que o homem está causando na natureza, e isso é perceptível através dos desastres naturais.

As relações predatórias dos homens com o meio físico assumiram novas feições nos dias de hoje. A acumulação de capital tomou um forte impulso na escala mundial com o desenvolvimento técnico, científico dos meios de comunicação de transporte observado a partir da década de 1979. Na avaliação do geógrafo Milton Santos, nessa busca de mais-valia global, os processos produtivos adquiriram um cunho extraterritorial que os autonomiza em relação a controles locais e os faz diferentes, não apenas às realidades locais, mas também, as realidades ambientais. (MARTINEZ, 2006, p.11).

Dito isso, observamos o crescimento populacional e econômico na cidade de Ipanguaçu, nos últimos anos, principalmente com a chegada das empresas na cidade. Em 1985, é fundada na cidade a empresa Agroindústria Finobrasa S/A, que introduziu o cultivo de algodão. Com sua chegada, começamos a perceber as modificações no meio ambiente. Afinal, para sua instalação e plantio do algodão, foi necessário o desmatamento da vegetação local e a construção de diques e pequenas represas para poder realizar a agricultura irrigada.

Posteriormente, na década de 90, chega à empresa californiana Del Monte Fresh Produce. Que, assim como a Finobrasa, enxerga no Vale do Açu um local propício para desenvolver o cultivo da banana. Essa multinacional escolhe o Vale do Açu para se instalar, visando os muitos benefícios que o Projeto Baixo-Açu trouxe para essas empresas. Como a infraestrutura hídrica, já que com a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, traz com seu fornecimento de água; a logística, tendo o Vale do Açu, fácil acesso aos postos de Natal–RN e de Fortaleza–CE assim facilitando o frete marítimo, já que a empresa tem seu foco na

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

exportação; sua alta fertilidade de seu solo, tendo um alto grau de produtividade; e principalmente o custo de mão-de-obra, já que diferente de suas fazendas na Costa Rica, Guatemala e Panamá, o Vale do Açu não tem fortes sindicatos, que possam protestar com a empresa por seus direitos.

Logo, percebe-se que a região do Vale do Açu é vista para exploração, já que essas empresas têm o objetivo apenas de utilizar a terra e a mão-de-obra barata da região. Além disso, com sua chegada começa uma grande compra de terras para a produção da multinacional, assim tanto a Del Monte Fresh Produce como a Finobrasa começam a deter a maioria das terras férteis das cidades. E se antes o agricultor tinha sua terra para plantar, agora ele trabalhará nas grandes empresas agrícolas, o que gerará lucro apenas para elas.

Com sua chegada, as empresas modificaram o social e o meio ambiente da cidade, não apenas se instalando na maior parte das terras férteis da cidade, mas também modificando o meio ambiente da cidade. Para poder plantar, essas empresas construíram diques, pequenas represas e drenos para que suas plantações não fossem prejudicadas.

Essas mudanças ficam perceptíveis através das enchentes. Apesar de ter enchentes que aconteceram bem antes da implantação dessas empresas na região, as enchentes ficaram mais fortes por suas ações, onde não apenas bairros periféricos e comunidades rurais sofreram com a invasão da água como também parte do centro urbano da cidade. Diante disso, percebemos como as ações do homem podem intensificar ainda mais os fenômenos da natureza, causando ainda mais problemáticas, sendo que as enchentes mais fortes foram de 2004, 2008 e 2009, quando as empresas já estavam estabelecidas na cidade.

Apesar de ter enchentes mais fortes, após a implementação das empresas, parte da população e autoridades da cidade de Ipanguaçu alegam que não é devido a suas ações que as cheias se intensificaram. Em 2009, aconteceu uma das maiores

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

enchentes da cidade, e embora o gestor da cidade fale que, devido aos drenos da Del Monte, a água acabou por invadir a cidade, ele alega na mesma fala que a empresa também saiu prejudicada, já que algumas plantações se perderam devido à enchente.

É interessante observar que, devido à economia e à geração de empregos estarem dependentes dessas empresas, tanto parte da população como a gestão da cidade não enxergam suas ações como algo prejudicial, pelo contrário, eles compreendem muito mais as perdas dessas empresas e a saída delas como algo que vá prejudicar a cidade do que propriamente suas ações com o meio ambiente.

Portanto, é necessário analisar como essas empresas modificam a vida da população de tal forma que as pessoas, apesar de prejudicadas com as cheias, acabaram se habituando a elas, e temendo que a saída da indústria do Vale do Açu deixe a maioria da sua população desempregada. A dependência dessas empresas e a falta de alternativas na economia da cidade fazem com que a população se submeta a trabalhos precários e ao constante perigo das enchentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. **Os Riscos Naturais e a História: O caso das enchentes em Marabá (PA)**. Tempos Históricos. Vol. 5. p.205 - 238, 2º semestre de 2011.

BIEGING, Patricia. **"Blumenau e as memórias de Maria: as enchentes da década de 1980 a partir de experiências de vida."** Psicologia em Revista 23.1 (2017): 220-236.

BRITO, Maiara Brenda Rodrigues de. **Projeto Baixo-Açu: Uma Análise Sobre O Discurso De Modernidade No Sertão Potiguar (1975-1985)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões - PPGHC. Caicó, p.133. 2022.

CARVALHO, Otamar de. **O SOERGUIMENTO DO DNOCS (A Propósito do seu I Centenário)**. Revista Conviver Nordeste Semiárido.V. In. 6 - (2009). Fortaleza.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Contingência. Ipanguaçu, 2022. **Prefeitura Municipal de Ipanguaçu. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Ficha Técnica da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves.** Disponível:https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_reservatorio.php?codigo_reservatorio=18&descricao_reservatorio=Barragem+Armando+Ribeiro+Gon%7alves. Acesso em 13 de nov.2024.

FGV CPDOC. Verbetes sobre DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA SECAS (DNOCS). Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs>. Acessado em 15 de nov.2024.

DEL MONTE FRESH PRODUCE. 2005. Disponível em: <http://www.delmontefresh.com>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERNANDES, A.A. 1992. Autoritarismo e resistência no Baixo Açu. Natal: CCHLA, Humanas Letras e Vale do Açu.

LOPES, José Edvaldo. **A Del Monte Fresh Produce e a territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu-RN.**158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 158. 2014.

MARTINEZ, Paulo Henrique. In: **Revista Estudo Amazônicos**. Vol 1, nº 1. Jul. dez.2006

MENEZES, Ulpiano. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (USP), São Paulo, v 34, p. 09-24, 1992.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Lua Nova, São Paulo.2014.

RIBEIRO, Monique de Cássia Dias. **A ENCHENTE DO NATAL: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA ENCHENTE DO RIO MÃE LUIZA EM 1995 - FORQUILHINHA/SC.** Monografia de graduação em História, apresentada à Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2017.

SANTOS, Jovelina Silva. A desordem do progresso: o Projeto Baixo-Açu e a expropriação das terras camponesas de trabalho e moradia. Anais do 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2019.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Entre a Poeira e as Águas. A enchente de 1985 em Jaguarana - CE.** Monografia de graduação em História, apresentada à UECE - FAFIDAM. Limoeiro, 2003.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Nos caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe: memória das enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985).**2006. 169f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, FortalezaCE, 2006.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **O GOVERNO PASSOU A MÃO POR CIMA” – NARRATIVAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE ENCHENTE. – JAGUARUANA, CEARÁ. (1960-1985).** Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, 14(1).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade